

# ATA N.º 24 (REUNIÃO PRIVADA)

---- Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, na Cidade de Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e ANTÓNIO ALFREDO MANALVO DA SILVA, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe. -------

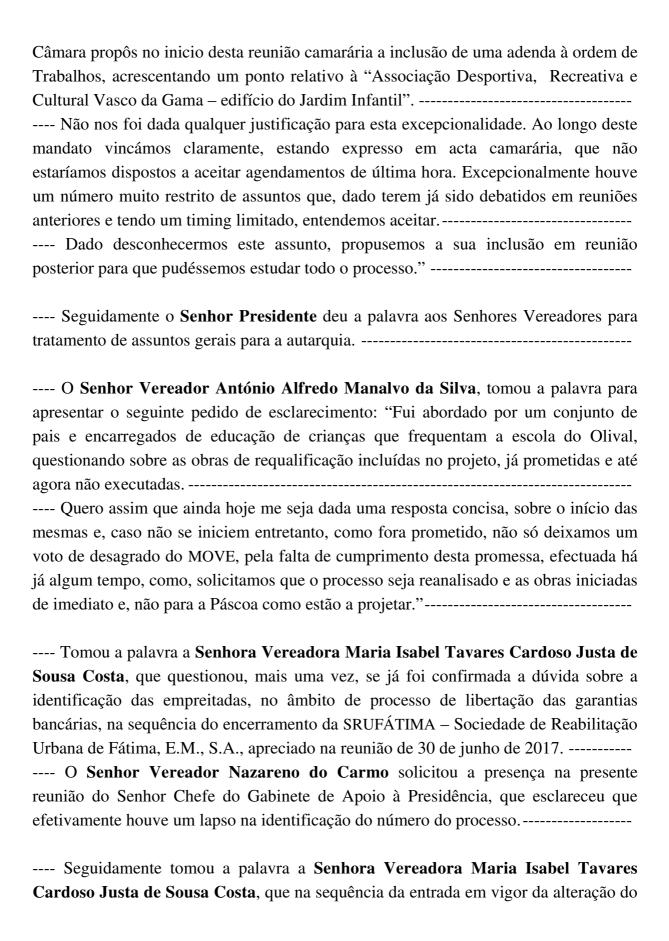
ooxxxoo

### 000 ABERTURA DA REUNIÃO----------- O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----OOXXXOO 000 FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA --------- O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de Competências efetuada na reunião de 29 de maio de 2015, considerou justificadas as faltas dos Senhores Vereadores LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, por motivos de ordem profissional e MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, por esta se encontrar de férias. ----------- A CÂMARA FICOU INTEIRADA. -----ooxxxoo

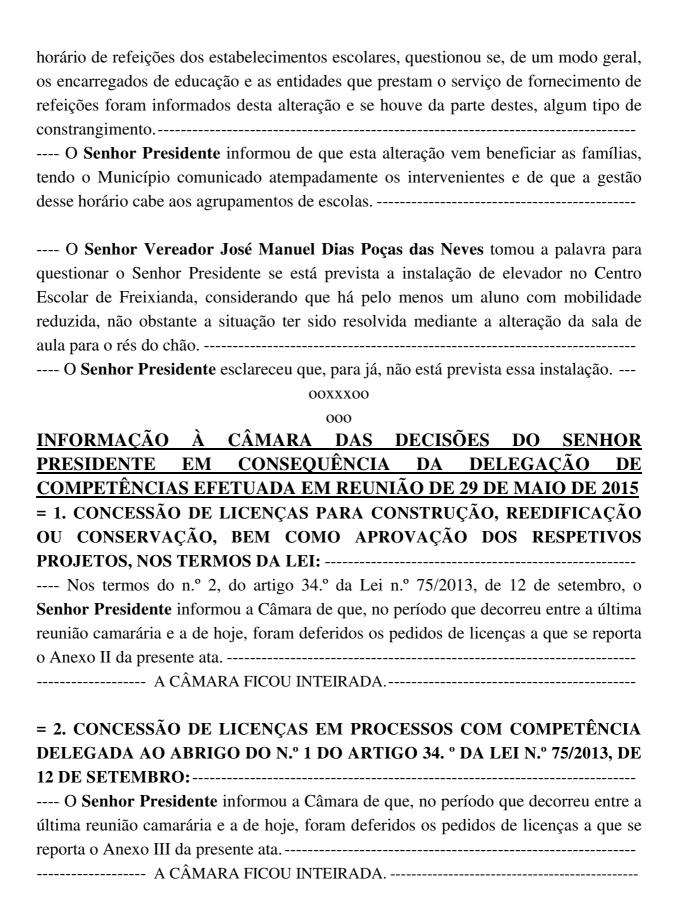
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Senhor Presidente** tomou a palavra para propor a apreciação, nesta reunião, de processo relativo a um contrato de arrendamento a celebrar com a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama, tendo os Senhores Vereadores recusado apreciar o assunto e apresentado a seguinte declaração: "O senhor Presidente da



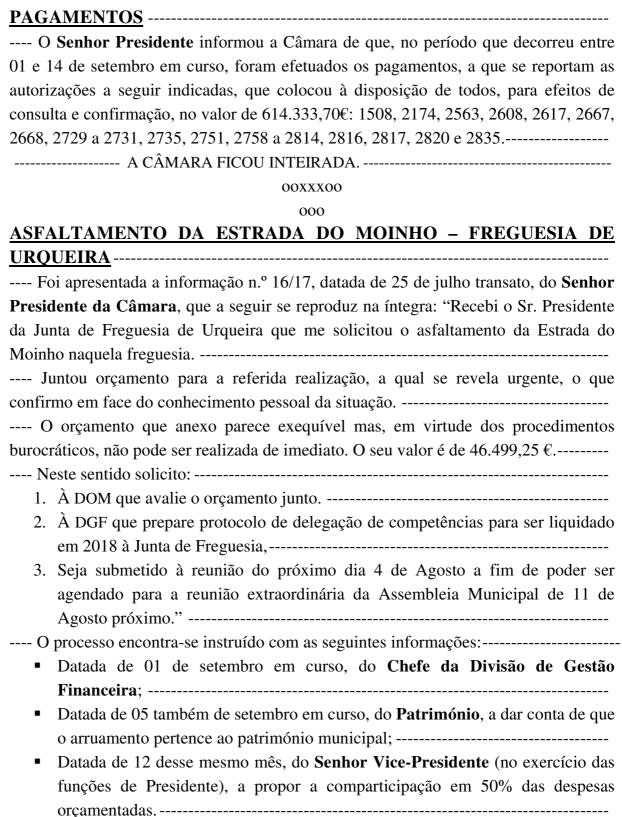




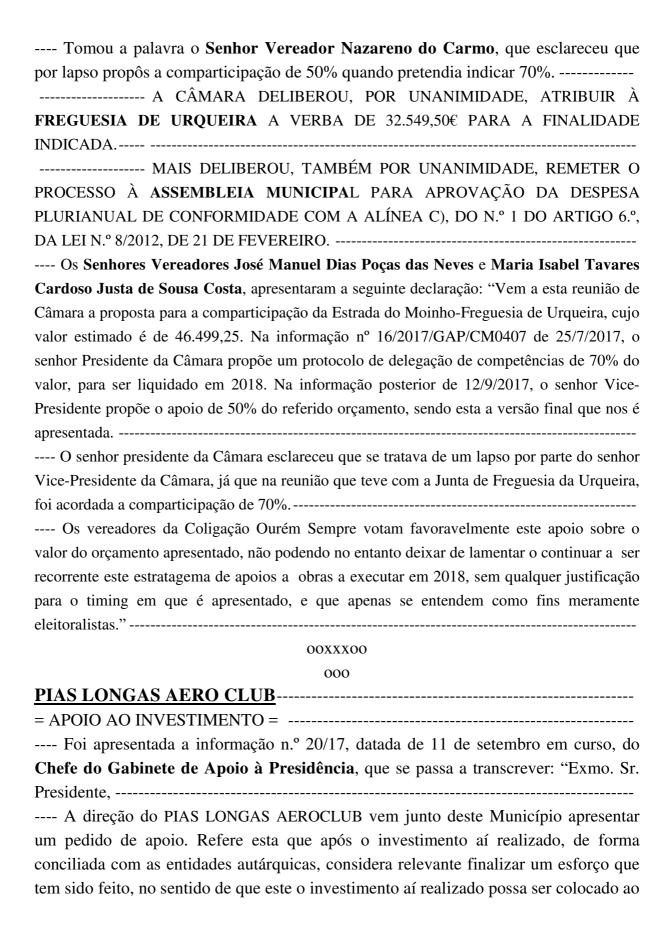




### OOXXXOO







serviço das populações ou entidades externas, nomeadamente para fins de combate a incêndios e proteção civil. --------- Elenca essa mesma direção uma série de despesas que tem de suportar e vem dar conhecimento das mesmos por via de orçamentos anexos. --------- ANÁLISE --------- Existem 4 níveis de preocupações dessa mesma associação elencadas no email oficio que endereça a V.. Exa. e que são identificadas de 1. a 4..--------- A mesma afirma que considera de forma diferenciada duas dessas, quando escreve "..... em especial no que diz respeito aos pontos nº1 e 2 ".---------- De fato, para que todo o potencial desta situação possa ser disponibilizado ás populações, os equipamentos, tornam-se necessários e sabemos todos como hoje esta área da aviação e atividades conexas se tem auto dinamizado e tornado fonte de desenvolvimento económico, cultural e social das regiões onde de implementam. --------- Certo é que se este município já apoio este investimento na fase de construção, certo é que face ao volume de investimento aí já realizado e ao potencial que este pode significar, somando com a questão de esta instituição ser uma das sem fins **lucrativos,** mas que tem de suportar o IVA a 23%, surge-me como sugestão que se possa atender ao pedido na medida do bom senso, que é encontrando soluções para que a associação considera como "em especial". --------- Outros investimentos de arranjos exteriores e afins, podem ser apreciados em momentos futuros próximos.--------- Considere-se ainda que, no caso deste município considerar oportuno o apoio ao investimento em causa, a associação terá ainda de desenvolver procedimentos de contratação nos termos do CCP. --------- PROPOSTA: --------- Assim tenho a convicção de propor superiormente, que possa esta câmara apreciar e conceder um apoio ao investimento no montante de 77.676,93 euros, a liquidar em janeiro de 2018, mediante comprovativos. --------- À Consideração superior,".---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DO MONTANTE DE 77.676,93€, AO **PIAS LONGAS AERO CLUB**, CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO ACIMA TRANSCRITA.----------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, DAR CONHECIMENTO DA PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ------- Os Senhores Vereadores José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentaram a declaração, que se passa a transcrever: "Vem

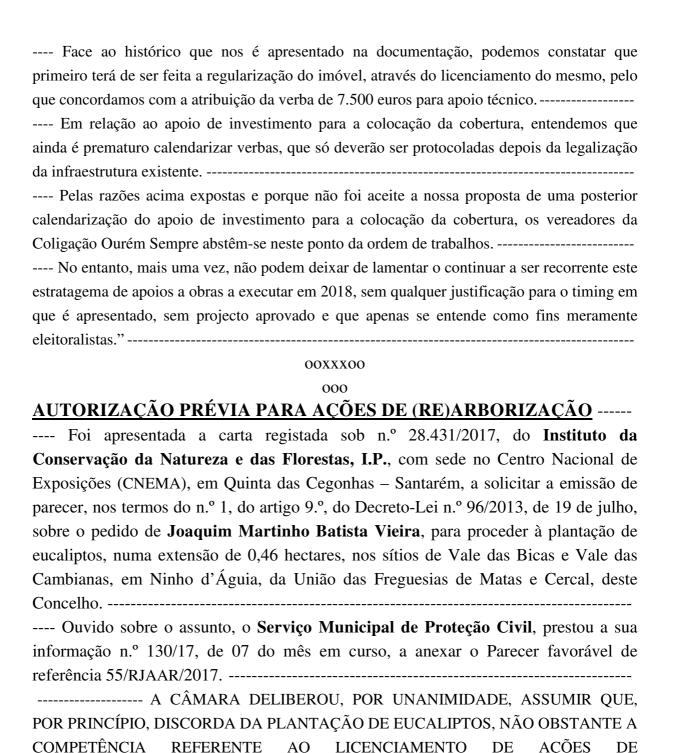


ooxxxoo

000 ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE MOITA REDONDA --------- Foi apresentada a informação n.º 21/17, datada de 11 de setembro corrente, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, que se passa a transcrever: "Exmo. Sr. Presidente, ---------- A direção da associação, vem desde há longa data junto deste Município a sensibilizar sobre a sua pretensão de regularizar e colocar ao serviço das populações um equipamento desportivo que a vontade dos seus associados tem construído ao longo dos anos.--------- A pretensão é o de realizar " .... cobertura do ringue, que abrange toda a estrutura existente é urgente porque permite estancar a àgua que cai através da placa para o bar e que a não ser feita está a por em causa a construção existente devido às infiltrações." ---------- A pretensão da associação é acompanhada por dois orçamentos, ambos de valor superior a 100.000 euros. --------- Após a última reunião ocorrida em janeiro passado, a associação iniciou a análise da necessidade de regularizar a obra em termos legislativos atuais, para o devido licenciamento junto desta edilidade. Disso mesmo já deu conhecimento a este município e indicou um valor de honorários solicitados por técnico para essa finalidade. --------- ANÁLISE ---------- Trata-se de instituição sem fins lucrativos, que desenvolve a sua atividade há mais de 25 anos, em prole da população, de forma diferenciada, quer pelas atividades, quer pelos públicos alvo (vide o descrito no ofício), apresentando-se como uma oferta diferente numa das zonas mais residenciais da Cidade e Freguesia de Fátima. -----

Este município tem já este ano assumido comparticipações a equipamentos
desportivos
Esta associação que de forma digna e voluntária tem marcado presenças nos vários
momentos culturais que as várias entidades autárquicas, de forma pública e meritória
demonstra empenhamento na sua missão
As comparticipações eventuais a considerar podem e devem (digo eu) assumir uma
comparticipação parcial e no caso em concreto só podem ser consideradas após a tal
regularização do aí edificado
Considere-se ainda que, no caso deste município considerar oportuno o apoio ac
investimento em causa, <u>a associação terá ainda de desenvolver procedimentos de</u>
contratação nos termos do Código dos Contratos Públicos.
PROPOSTA:
Assim tenho a convicção de propor superiormente, que possa esta câmara apreciai
e conceder um apoio ao investimento no montante total de € 75.000,00, acrescido de
€ 7.500, 00 para apoio técnico
Os montantes em causa, serão liquidados, desde que cumpridos o código dos
contratos públicos e apresentada a adequada documentação de suporte em:
i) € 32.500 em janeiro de 2018
ii) € 25.000 em abril de 2018
iii) € 25.000 em julho de 2018
Mais se solicita que se aprove a minuta do protocolo a estabelecer (nos termos do
anexo)
À Consideração superior,"
A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A
ATRIBUIÇÃO DO MONTANTE DE 82.500,00€, À <b>ASSOCIAÇÃO CULTURAL</b>
RECREATIVA E DESPORTIVA DE MOITA REDONDA, CONFORME PROPOSTO
NA INFORMAÇÃO SUPRA TRANSCRITA
MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR MAIORIA, DAR
CONHECIMENTO DA PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Abstiveram- se os Senhores Vereadores José Manuel Dias Poças das Neves e Maria
Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que apresentaram a declaração de voto, que
se passa a transcrever: "Vem a esta reunião de Câmara a proposta de conceder um apoio ac
investimento para a cobertura do ringue do pavilhão da Associação Cultural, Recreativa e
Desportiva da Moita Redonda, no valor de 75 mil euros, acrescido de 7.500 euros para apoio
técnico





NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. -----ooxxxoo

(RE)ARBORIZAÇÃO, SER DO ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA

**LICENCIAMENTO** 

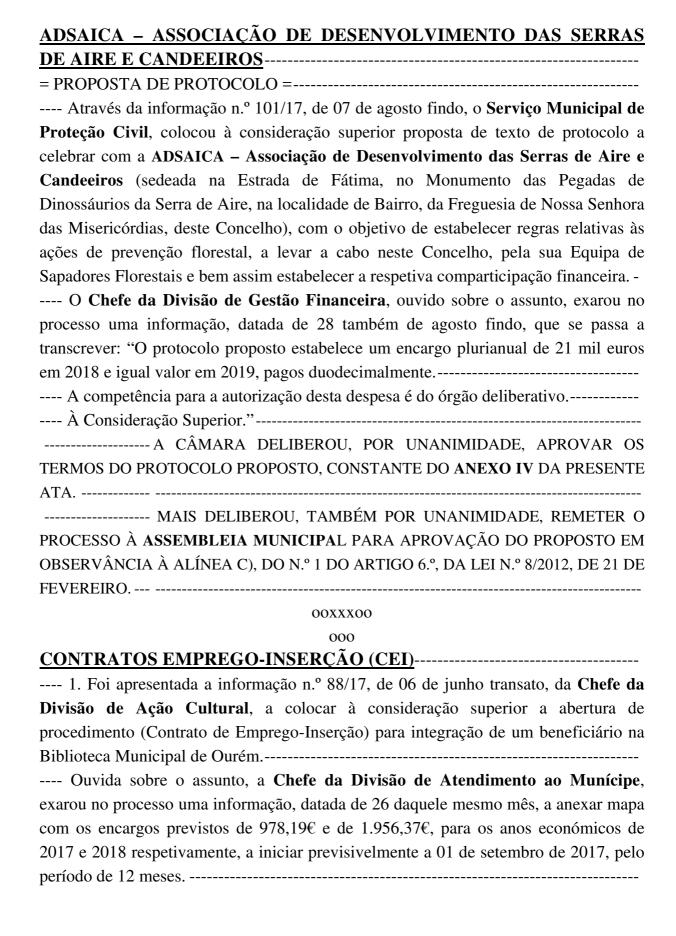
**ACÕES** 

DE

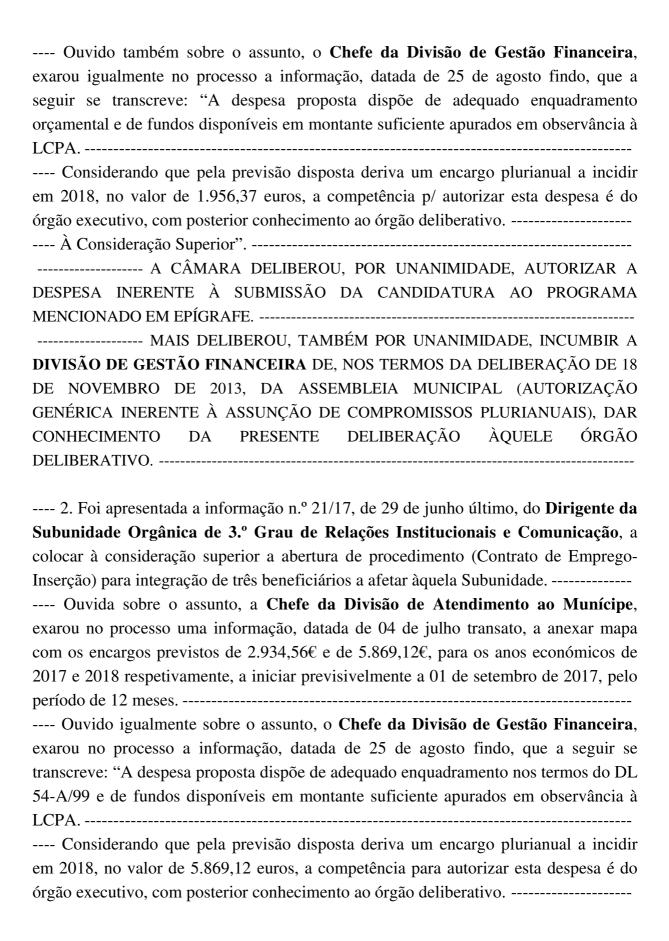
AO

**REFERENTE** 

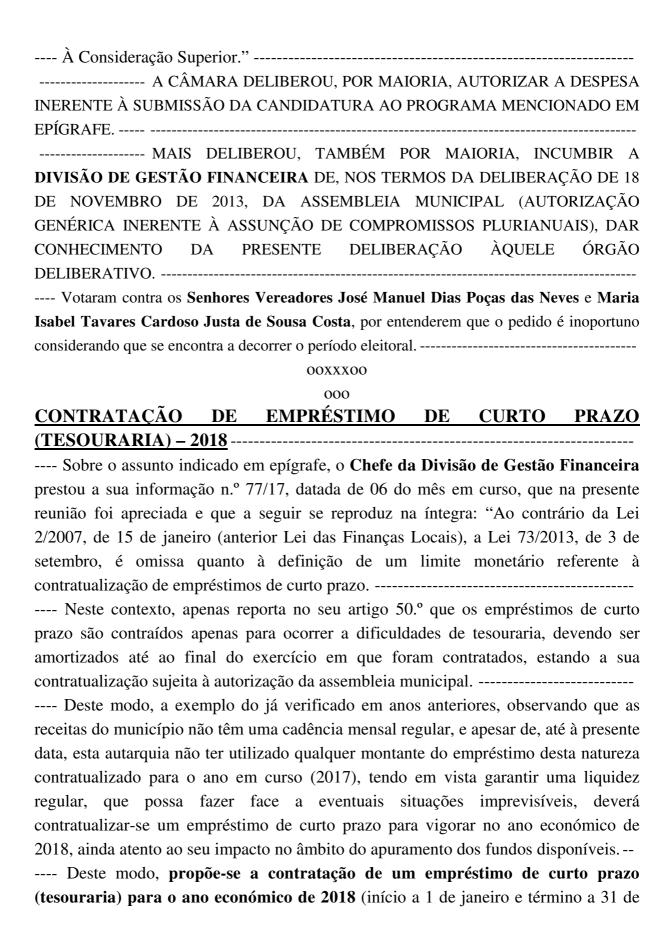




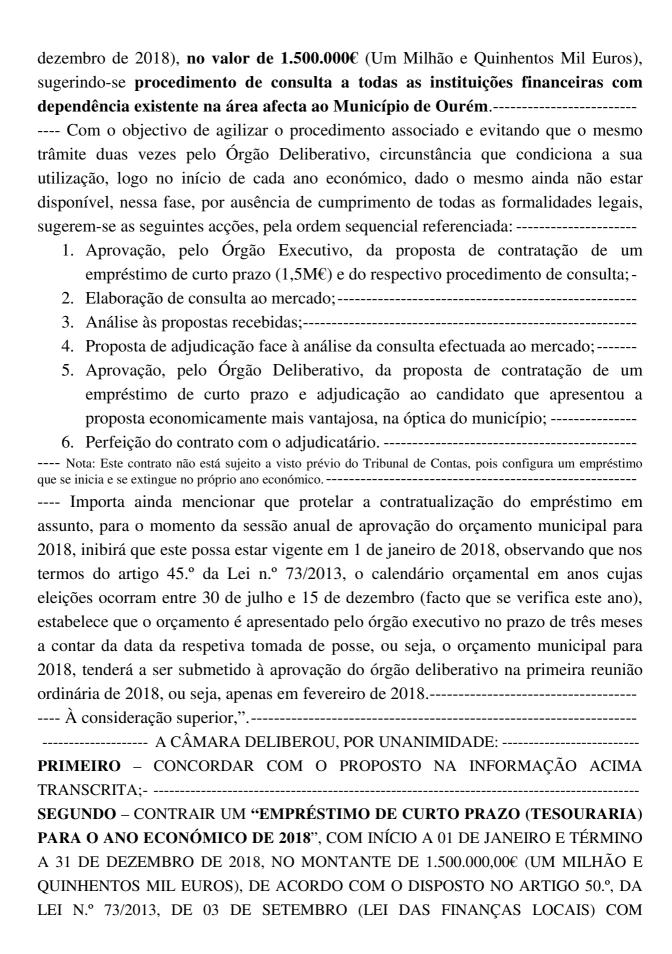










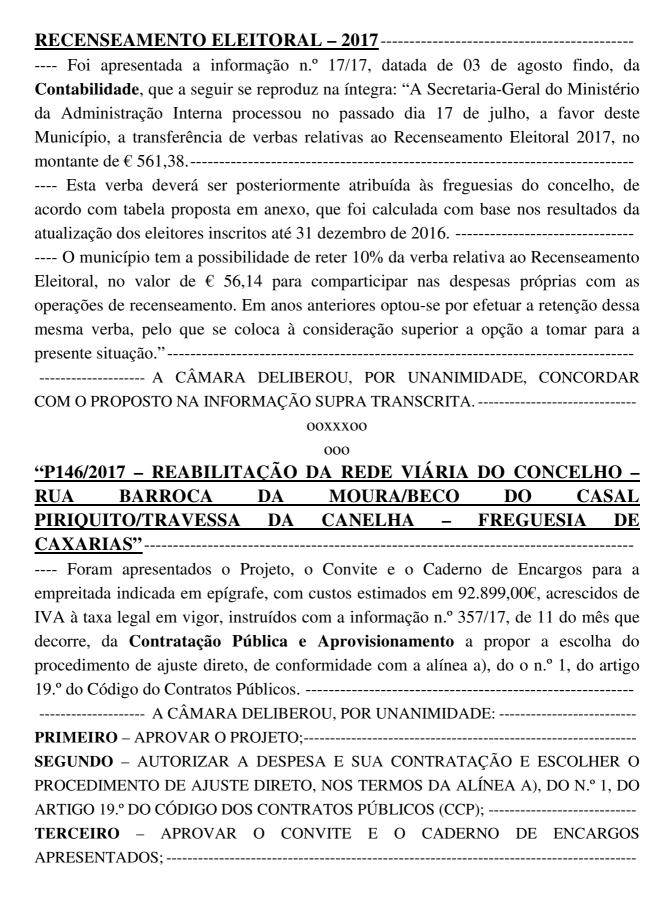




ooxxxoo

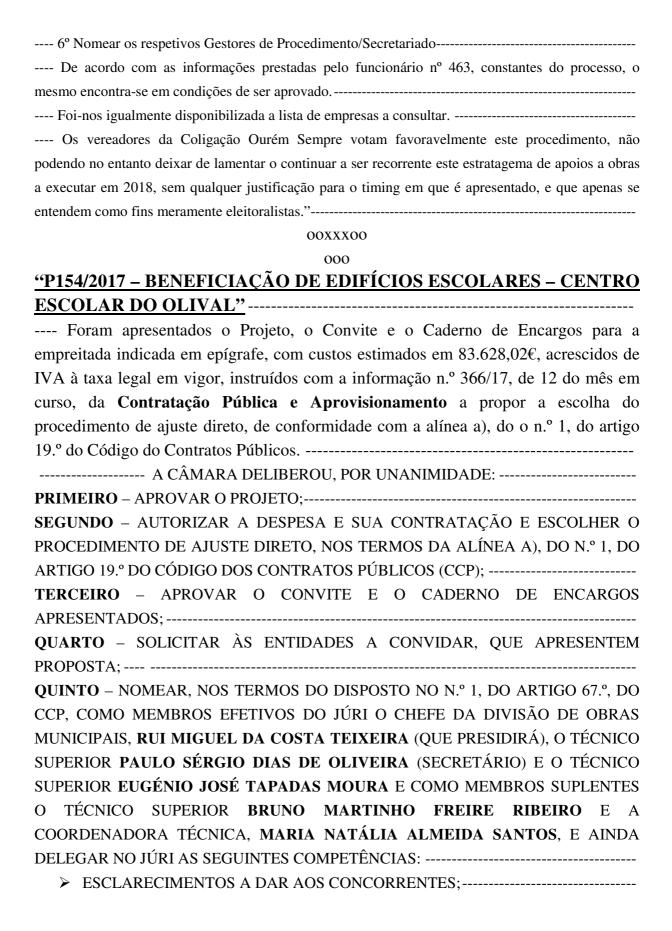
000
PEDIDOS DE APOIO FINANCEIRO
= 1. FREGUESIA DE ATOUGUIA - 2.º FIM DE SEMANA CULTURAL -
TASQUINHAS =
Foi apresentada a carta registada sob o n.º 21.617/2017, da Freguesia de
Atouguia, sedeada na Estrada de Fátima, n.º 1367, em Atouguia, deste Concelho, a
solicitar a comparticipação financeira, do montante de 5.000,00 euros, para suportar a
despesa decorrente do evento mencionado em subtítulo
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – ATRIBUIR À FREGUESIA DE ATOUGUIA A VERBA DE 5.000,00
EUROS;
SEGUNDO – SOLICITAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AUTORIZAÇÃO PARA
APOIAR FINANCEIRAMENTE A <b>FREGUESIA DE ATOUGUIA</b> , DE ACORDO COM O
DISPOSTO NA ALÍNEA J), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013,
DE 12 DE SETEMBRO
= 2. FREGUESIA DE ALBURITEL – VEDAÇÃO DO ALPENDRE DA
ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DOS TOUCINHOS (ACURETO) =
Foi apresentado o ofício n.º 54, de 04 de julho último, da Freguesia de Alburitel,
sedeada na Rua dos Moinhos, em Alburitel, deste Concelho, a solicitar que esta
autarquia apoie a associação mencionada em epígrafe, através da comparticipação nas
despesas de construção de uma vedação lateral ao alpendre contíguo à sua sede
O Senhor Presidente exarou no processo uma informação, datada de 30 de agosto
findo, a propor a atribuição de um apoio financeiro de 5.000,00€ àquela associação
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ATRIBUIR À
ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DOS TOUCINHOS, A VERBA DE
5.000,00 EUROS, CONFORME PROPOSTO
0044400



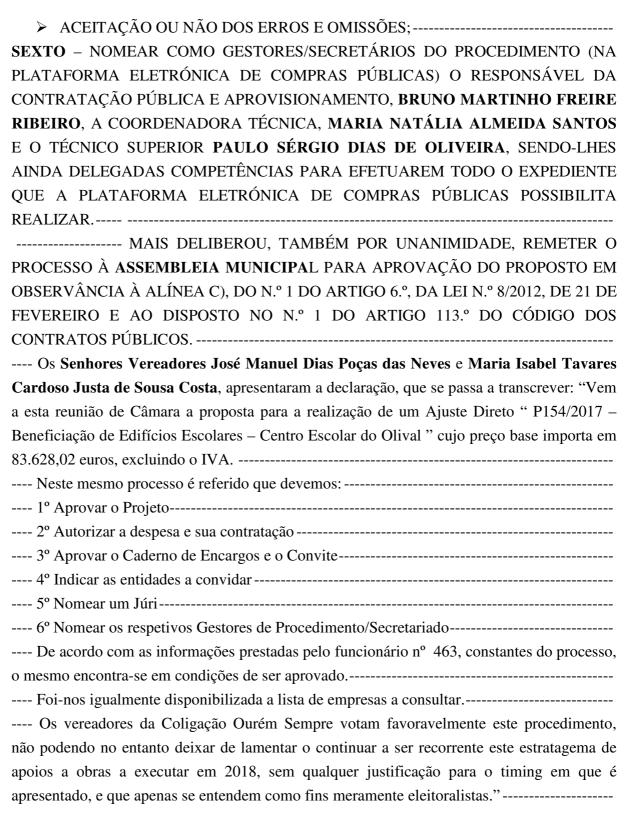


QUARTO - SOLICITAR ÀS ENTIDADES A CONVIDAR, QUE APRESENTEM PROPOSTA; ----QUINTO - NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º, DO CCP. COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, RUI MIGUEL DA COSTA TEIXEIRA (QUE PRESIDIRÁ), O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA (SECRETÁRIO) E O TÉCNICO SUPERIOR EUGÉNIO JOSÉ TAPADAS MOURA E COMO MEMBROS SUPLENTES A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E O TÉCNICO SUPERIOR BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO, E AINDA DELEGAR NO JÚRI AS SEGUINTES COMPETÊNCIAS: ------➤ ESCLARECIMENTOS A DAR AOS CONCORRENTES;-----ACEITAÇÃO OU NÃO DOS ERROS E OMISSÕES;-----SEXTO - NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE OUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR.--------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, REMETER O PROCESSO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO PROPOSTO EM OBSERVÂNCIA À ALÍNEA C), DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E AO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 113.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS. --------- Os Senhores Vereadores José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentaram a declaração, que se passa a transcrever: "Vem a esta reunião de Câmara a proposta para a realização de um Ajuste Direto "P146/2017 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Rua Barroca da Moura/Beco do Casal Piriquito/ Travessa da Canelha -Freguesia de Caxarias" cujo preco base importa em 92.899 euros, excluindo o IVA. --------- Neste mesmo processo é referido que devemos:--------- 1° Aprovar o Projeto---------- 2º Autorizar a despesa e sua contratação --------- 3° Aprovar o Caderno de Encargos e o Convite--------- 4° Indicar as entidades a convidar--------- 5° Nomear um Júri ------

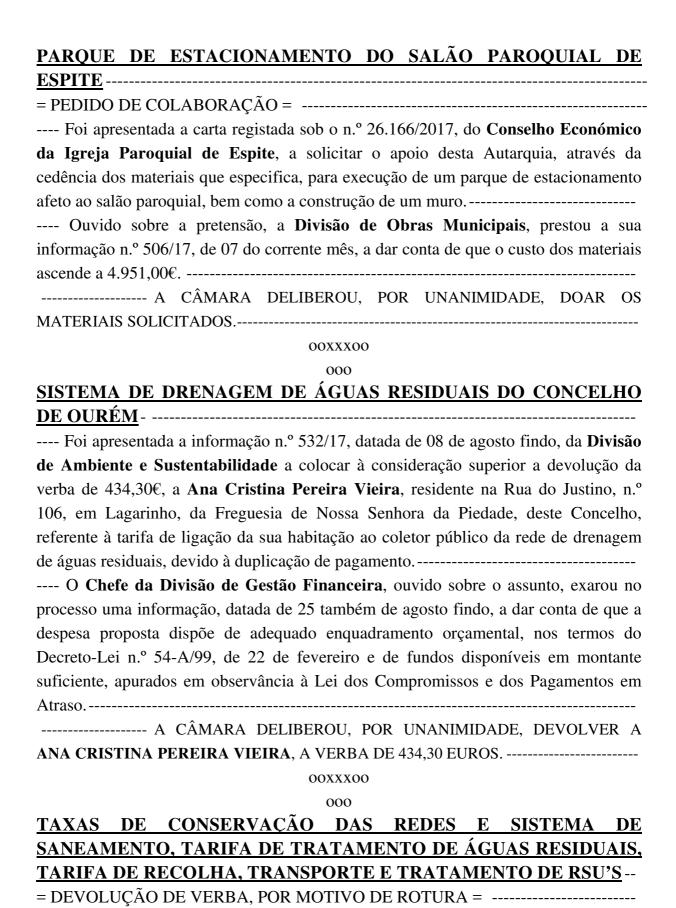




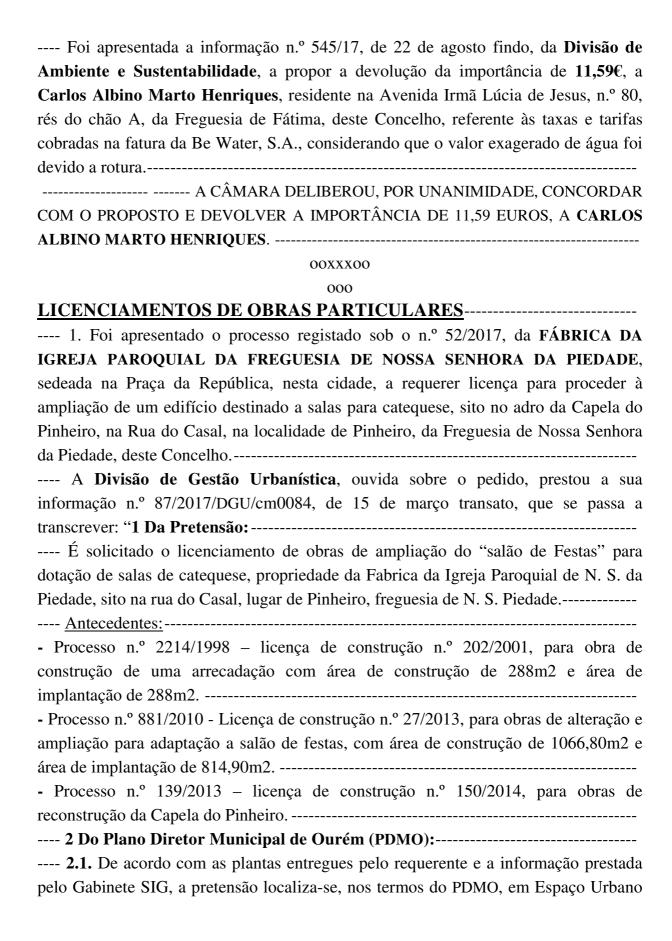


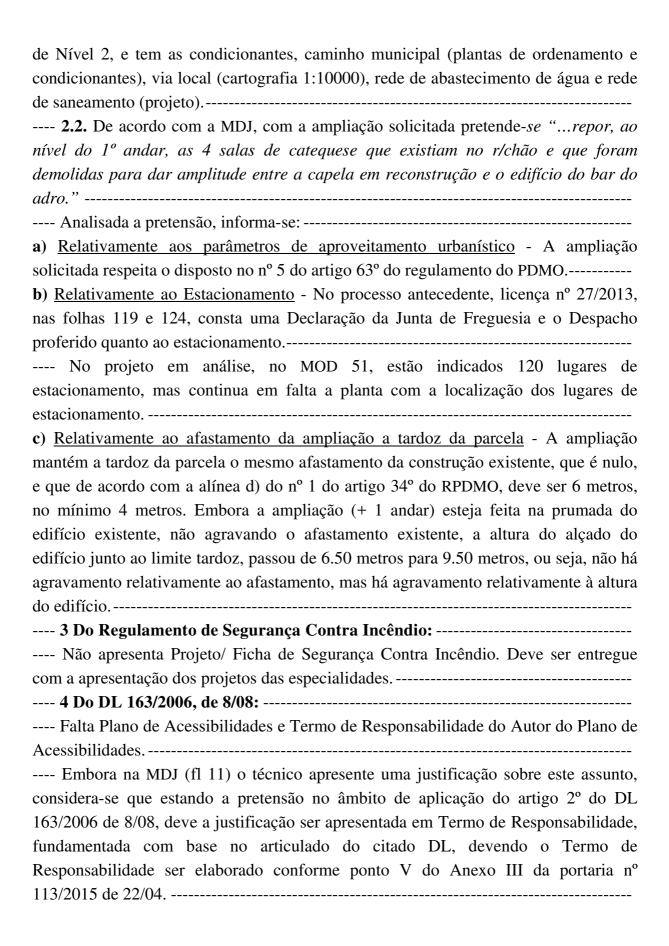




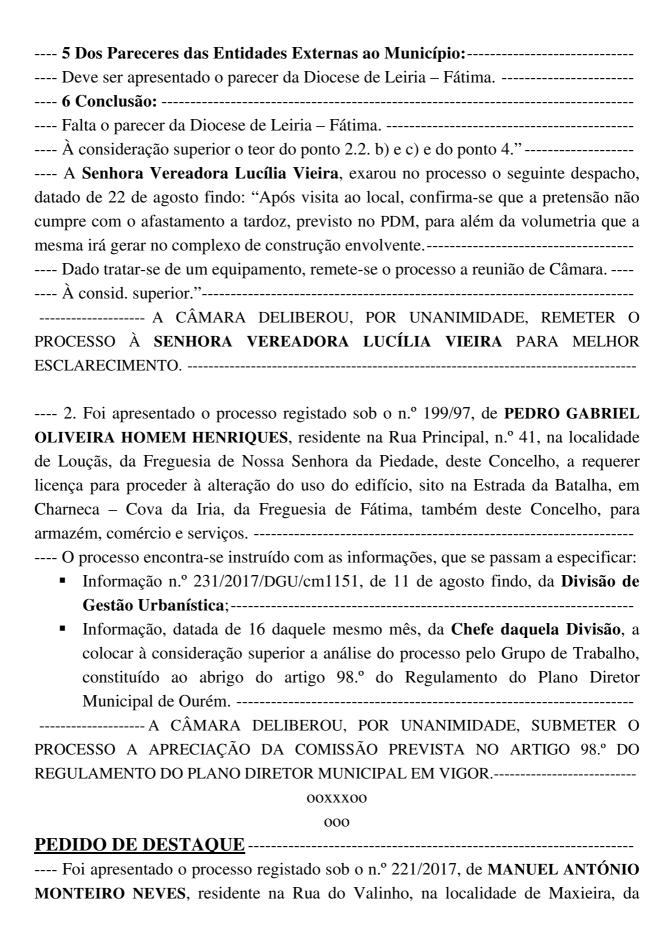








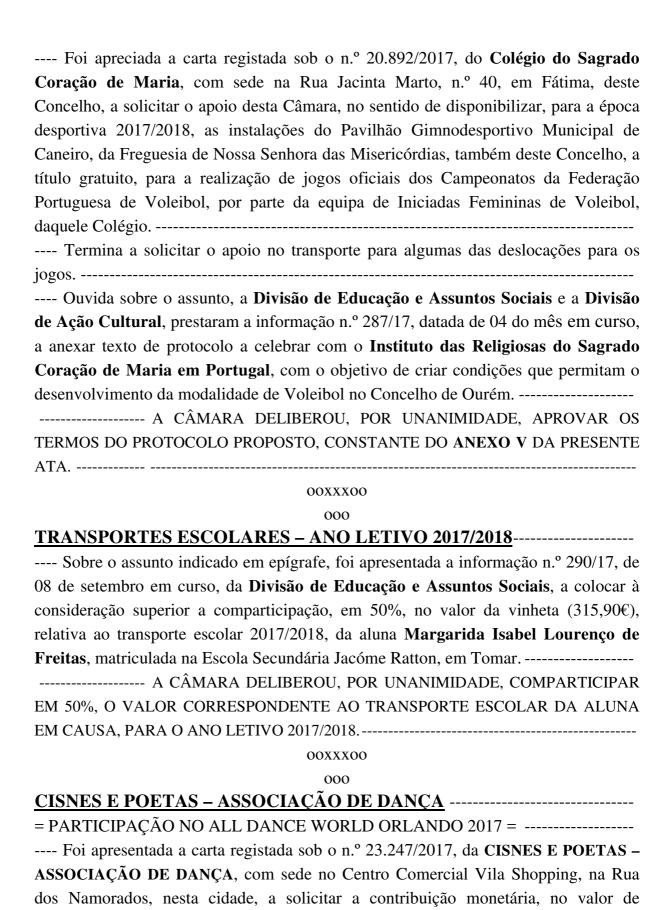




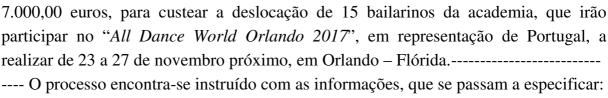
Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar, que do prédio urbano, sito na referida morada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 9923 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 7441-P, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 761 m<sup>2</sup>, ficando a confrontar a norte com Francisco dos Prazeres, a sul com estrada, a nascente com José Pinto e a poente com Manuel António Monteiros Neves. ---------- O processo encontra-se instruído, com a informação n.º 174/17/DGU/cm9026, de 23 de agosto findo, da Divisão de Gestão Urbanística, que a seguir se reproduz na íntegra: "Analisada a pretensão, informa-se: --------- 1. Da Pretensão:--------- 1.1 O pedido é relativo a um destaque, dentro do perímetro urbano, do qual resultam duas parcelas: ----parcela a destacar: área de 760,89m2 e com as seguintes confrontações: norte -Francisco dos Prazeres, sul - estrada, nascente – José Pinto, poente – Manuel António Monteiro Neves. -----parcela sobrante: área de 1000,63m2 com as seguintes confrontações: norte -Francisco dos Prazeres, sul - estrada, nascente - Manuel António Monteiro Neves, poente – António do Rosário Inácio. --------- 2. Do RPDMO: --------- 2.1 De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada pelo SIG-DGT, a parcela originária localiza-se, nos termos do RPDMO, em espaço urbano nível (1429,82m2) e espaço urbanizável muito baixa densidade (330,82m2).--------- 2.2 Nos termos da informação prestada pelo gabinete SIG, a parcela encontra-se condicionada por via local (Cartografia 1:10000); rede de abastecimento de água; rede de saneamento (projeto). As condicionantes da parcela, não prejudicam a operação de destaque em apreço. ---------- 3. Do RJUE: --------- 3.1 De acordo com o n. º 4 do artigo 6.º do RJUE, "os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos." ---------- 3.2 No caso em apreço a operação de destaque enquadra-se no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, dado que as duas parcelas, resultantes do destaque, confrontam com arruamento público, designadamente Rua do Valinho conforme peça desenhada levantamento topográfico (fl. 11). -----











- Informação n.º 112/17, de 28 de julho último, da Divisão de Ação Cultural, a colocar à consideração superior a atribuição do apoio monetário solicitado; -----
- Informação, datada de 28 de agosto findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que se passa a transcrever: "A despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental nos termos do DL 54-A/99 e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA. -------

ooxxxoo

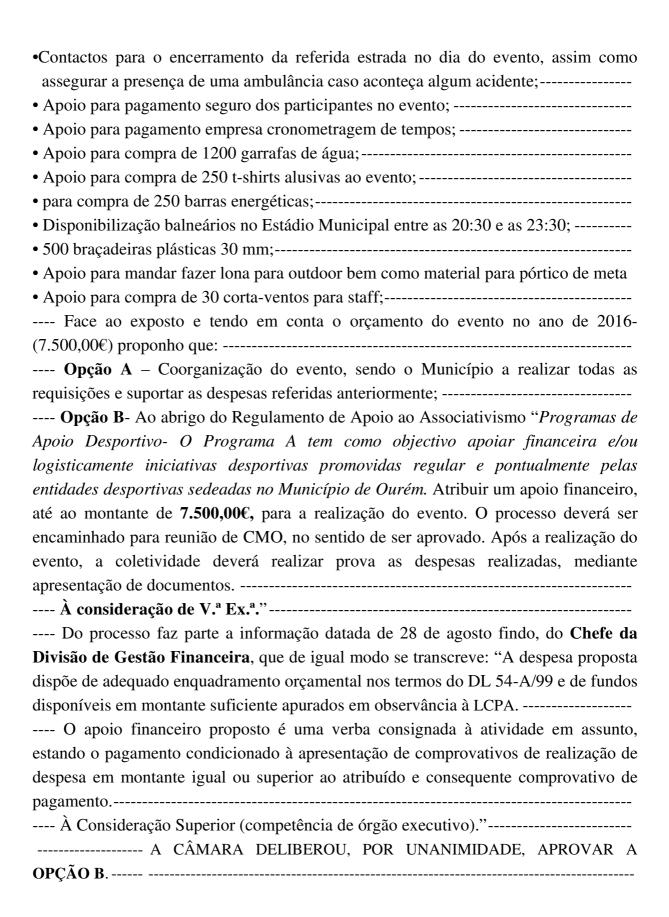
000

## PROPOSTA DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PEDRA – FÁTIMA BTT CLUB------

- O percurso delineado irá obrigar ao corte de estrada da Ortiga, entre as 17:30 e as 21:30, no dia 14 de outubro, o percurso tem como ponto de partida a estrada da ortiga, assim como a atravessará duas vezes. ------
- A zona da meta será em frente à Junta de Freguesia de Fátima. -----
- Caberá, no âmbito da parceria, ao FBC preparar e montar o evento dentro das regras estipuladas para o efeito, assim como a gestão das inscrições e desmontagem/limpeza da zona de prova.------

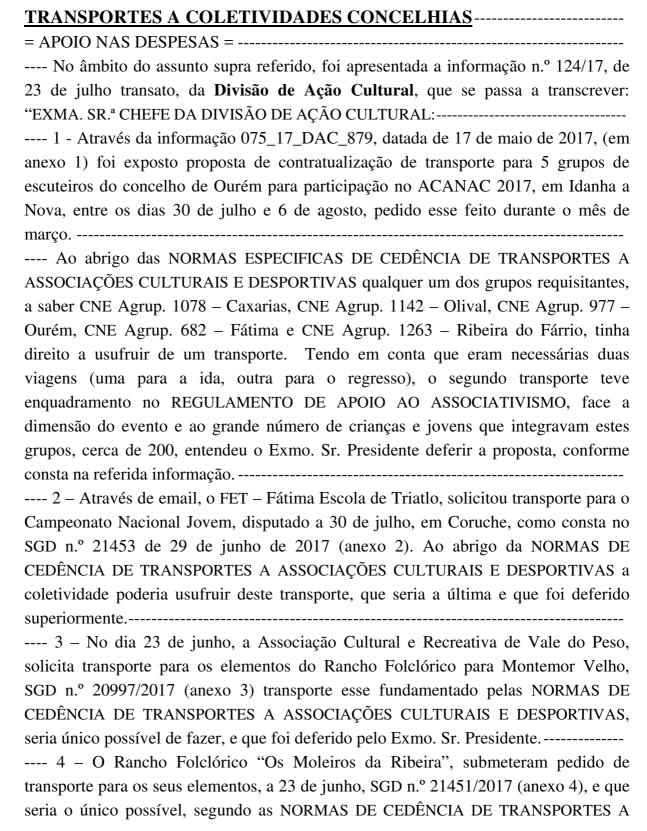
---- No âmbito da parceria é solicitado ao Município de Ourém o seguinte apoio: -







### OOXXXOO



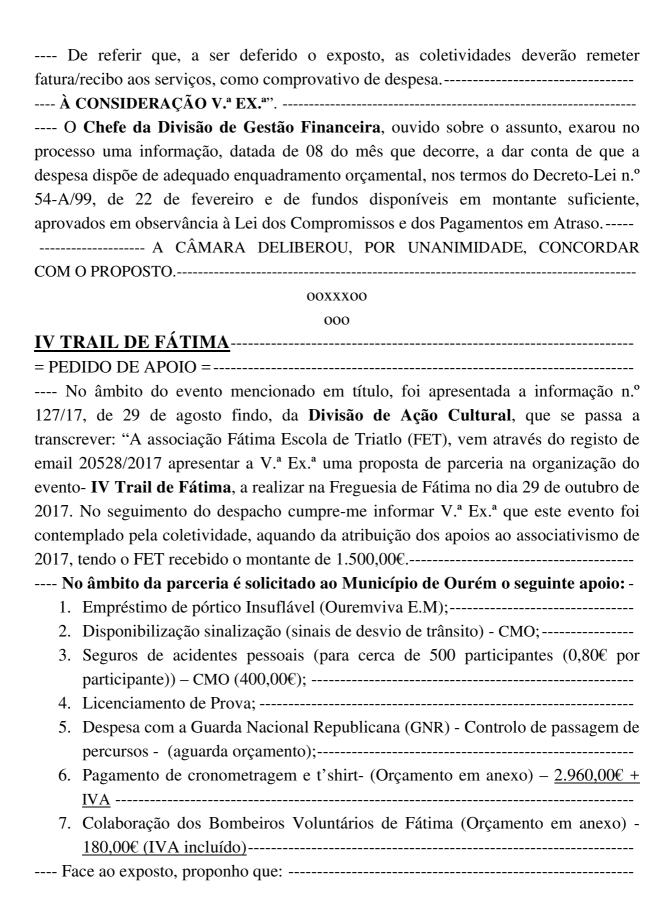


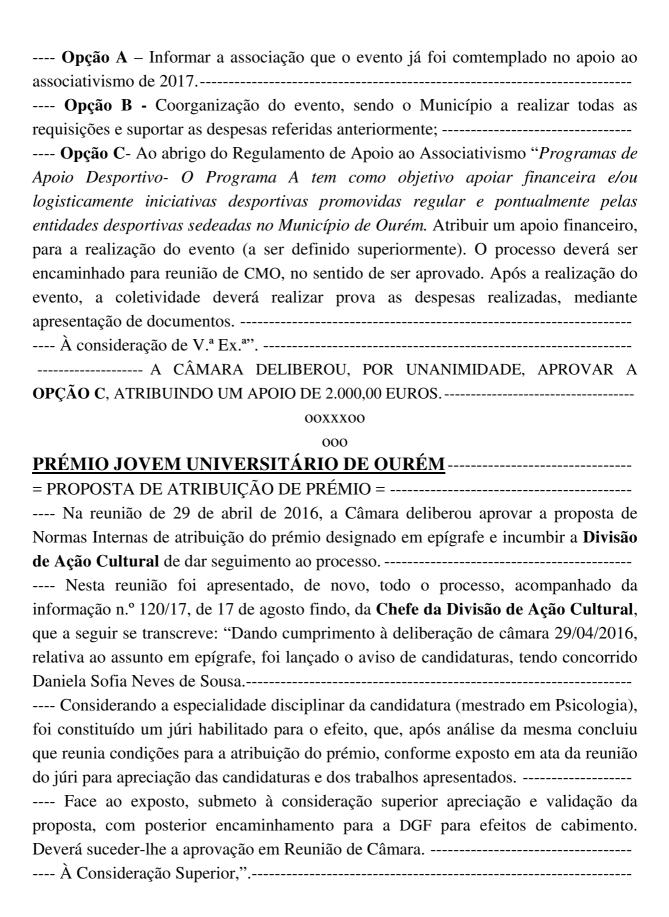
ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS, tendo o referido pedido sido deferido também superiormente. Esta deslocação levaria o rancho a Vila Nova de Tazem a 22 de julho. --------- Tendo em conta o avultado n.º de transporte a concretizar no período referido (última quinzena de julho), tendo em conta que a verba necessária para a contratualização destes serviços, verba essa indisponível para contratualização em tempo útil e ainda pelo facto da modificação orçamental não ter sido possível atempadamente por modo a tornar exequível a contratação externa dos referidos serviços expõe-se o seguinte: ---------- Embora tenha havido sempre comunicação entre a DAC – Associativismo e as coletividades em questão, tendo-lhes sido comunicado com a alguma antecedência a dificuldade em concretizar os pedidos em tempo, pelas razões anteriormente expostas, entenderam as mesmas contratar os serviços, assumindo as respetivas despesas, para salvaguardarem os respetivos compromissos já assumidos. --------- Assim, salvo melhor opinião, entende-se que, por questões dos princípios de igualdade e equidade, seria importante o Município de Ourém ressarcir as coletividades com o valor financeiro que cada uma disponibilizou para contratação do serviço, distribuído da seguinte forma: -----

ENTIDADE	DESLOCAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	DATA	VALOR
Rancho Folclórico "Os Moleiros da Ribeira"	Vila Nova de Tazem	Cultural	22/07/2017	825,00€
Associação Cultural e Recreativa de Vale do Peso	Montemor Velho	Cultural	23/07/2017	339,20€
FET – Escola de Trialtlo	Coruche	Desportivo	30/07/2017	420,00€
CNE Agrup. 1078  – Caxarias	Idanha a Nova	Cultural	30/07/2017 e 06/08/2017	630,70€
CNE Agrup. 1142 – Olival	Idanha a Nova	Cultural	30/07/2017 e 06/08/2017	630,70€
CNE Agrup. 977 – Ourém	Idanha a Nova	Cultural	30/07/2017 e 06/08/2017	630,70€
CNE Agrup. 682 – Fátima	Idanha a Nova	Cultural	30/07/2017 e 06/08/2017	630,70€
CNE Agrup. 1263  – Ribeira do Fárrio	Idanha a Nova	Cultural	30/07/2017 e 06/08/2017	630,70€

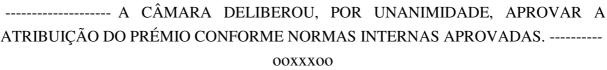
---- Os transportes mencionados perfazem um valor total de 4.737,70€ (quatro mil setecentos e trinta e sete euros e setenta cêntimos).-----











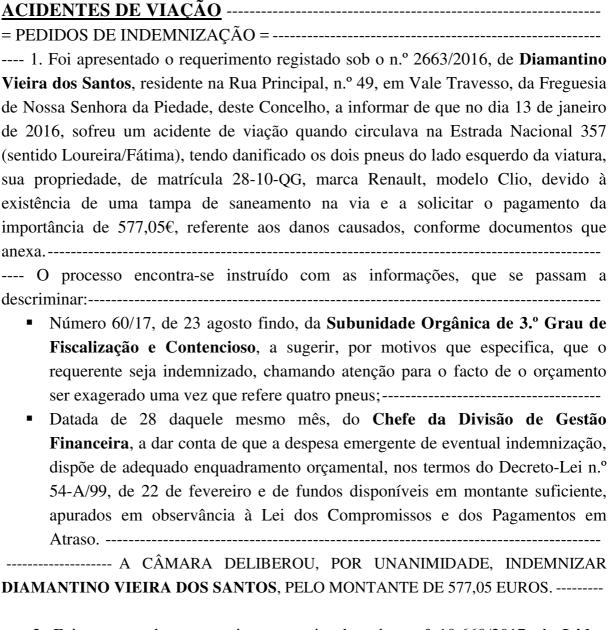
## 000 CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RELIGIOSO E PEREGRINAÇÃO --------- No âmbito do assunto acima referido, foi apresentada a informação n.º 36/17, de 07 de setembro em curso, do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo, que a seguir se reproduz na íntegra: "Por ocasião do Centenário das Aparições de Fátima, numa parceria com a Organização Mundial do Turismo (OMT) e com o apoio do Ministério da Economia de Portugal, o Município de Ourém organizará nos dias 22 e 23 de novembro, no Centro Pastoral Paulo VI, o Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação.--------- Atendendo ao seu alcance internacional, este evento pretende encerrar o ano do Centenário das Aparições e consolidar o esforço realizado ao nível da promoção internacional do Município. --------- O trabalho levado a cabo nos últimos anos fundamentou a escolha do Município para a realização deste importante evento que trará a Fátima os mais altos representantes dos países membros da OMT, bem como reconhecidos oradores e ilustres participantes vindos dos quatro quadrantes do mundo. A OMT estará representada pelo seu Secretário Geral da Organização Mundial de Turismo, Taleb Rifai, e que muito nos honra.--------- Este evento concede uma oportunidade única para a promoção de Fátima no mundo, um verdadeiro reforço e complemento ao trabalho já realizado – desde logo ao Workshop Internacional de Turismo Religioso. Assim, após a sua realização *noutras* cidades do mundo, como por exemplo Elche (2014), Belém (2015) e Utrecht (2016), o Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação irá refletir sobre o potencial e o papel do turismo religioso e dos lugares sagrados como uma ferramenta apara o desenvolvimento socioeconómico e cultural dos destinos, tendo como principais objetivos: -----Refletir sobre o potencial competitivo do mercado do turismo religioso; ------Aumentar a atratividade dos destinos religiosos; ------Prosseguir a afirmação do turismo religioso nas redes regionais, nacionais e internacionais de inovação; -----Partilhar conhecimento sobre as melhores formas de promover destinos

religiosos. -----

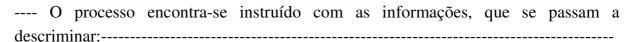


Conforme programa que se anexa, constituem principais momentos des	ste
Congresso:	
1. Receção de boas vindas nos Paços do Concelho (21/11)	
2. Dia inteiro de Congresso (22 de novembro) e manhã do dia 23 de novemb	ro,
subordinado ao tema "O potencial dos lugares sagrados como ferramenta para	ı o
desenvolvimento do turismo sustentável"	
3. Programa de visitas culturais no Município e na região (23 e 24 de novembro)	).
Face ao exposto, atendendo à importância deste evento, deixo à consideração de	V.
Exa. a validação e assinatura do Acordo de Cooperação de base ao evento, a assin	ıar
entre a Organização Mundial de Turismo, o Ministério da Economia e o Município	de
Ourém	
De salientar que o presente acordo foi validado pelo Ministério de Econom	ia,
tendo sido indicada a Secretária de Estado do Turismo Ana Mendes Godinho pa	ıra
assinar o referido documento, após verificação pelos Serviços Jurídicos do Ministé	rio
dos Negócios Estrangeiros	
Assim, é enviado o presente documento pela Organização Mundial de Turisi	no
para assinatura do Município de Ourém e posterior envio à Secretaria de Estado	
Turismo	
De referir que as propostas de realização de despesa associadas ao evento ser	ão
efetuadas pelos Serviços, de forma individualizada, de acordo com o orçamen	ıto
global, em função do número de participantes confirmados	
À consideração superior."	
O Senhor Presidente exarou no processo o seguinte despacho, datado também	
07 de setembro corrente: "Concordo	
Por questões de gestão de prazos das 3 entidades envolvidas, assino os	3
exemplares e envio posteriormente à reunião para ratificar"	
Tomou a palavra a <b>Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa</b>	de
Sousa Costa, que questionou se há mais alguma entidade, para além do Município	, a
suportar as despesas inerentes à realização deste congresso	
O Senhor Presidente esclareceu que o Turismo de Portugal, I.P. tem prevista un	na
candidatura, com o objetivo de financiar parte da despesa estimada	
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, N	OS
TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 l	ЭE
SETEMBRO, O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE SUPRA TRANSCRITO	









- Número 82/17, de 29 agosto findo, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, a dar conta de que não se afigura estarem preenchidos todos os requisitos legais para acionar a responsabilidade civil extracontratual do Município na produção dos danos reclamados e a propor o indeferimento do pedido;------

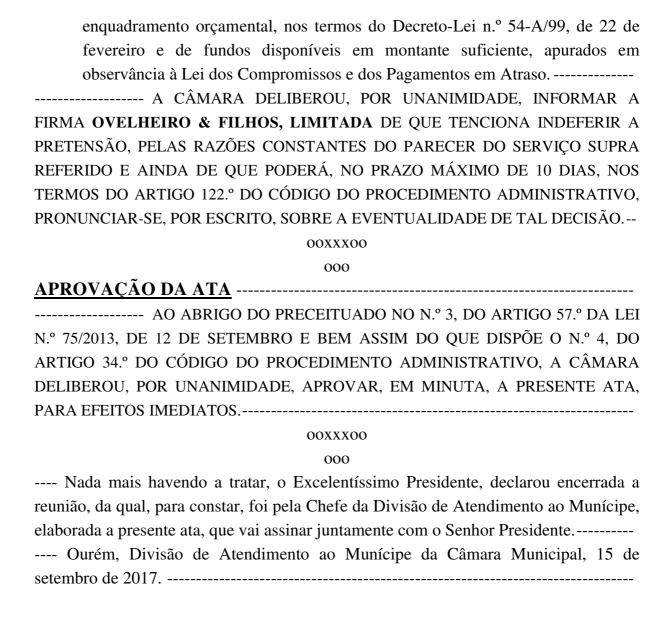
------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR ISIDRO VICENTE OLIVEIRA DE QUE TENCIONA INDEFERIR A PRETENSÃO, PELAS RAZÕES CONSTANTES DO PARECER DO SERVIÇO SUPRA REFERIDO E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO.--

- ---- 3. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 13.621/2017, da firma **Ovelheiro & Filhos, Limitada**, com sede na Rua Principal, n.º 33, em Casais de Santa Teresa Aljubarrota, a informar de que no dia 06 de abril de 2017, **José Gomes Ovelheiro** sofreu um acidente de viação quando circulava na Estrada de Minde, em Valinho da Fátima (junto ao número de polícia 583), da Freguesia de Fátima, deste Concelho, tendo danificado a viatura, propriedade daquela empresa, de matrícula 22-LR-11, marca Mercedes Benz, modelo 221, devido ao mau estado em que se encontrava o pavimento da referida via e a solicitar o pagamento da importância de 4.410,61€, referente aos danos causados, conforme documentação que anexa. --------
- O processo encontra-se instruído com as informações, que se passam a especificar:
   Número 74/17, de 08 agosto findo, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, a dar conta de que não se afigura estarem reunidos

todos os requisitos legais para acionar a responsabilidade civil extracontratual do Município na produção dos danos reclamados e a propor o indeferimento da pretensão;-----

Datada de 25 daquele mesmo mês, do Chefe da Divisão de Gestão
 Financeira, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 15/09/2017

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

## 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

### 1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = Asfaltamento da Estrada do Moinho Freguesia de Urqueira Informação n.º 16/17, de 25 de julho último, do Senhor Presidente;
- = Pias Longas Aero Club Apoio ao investimento Informação n.º 20/17, de 11 do mês em curso, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência;
- = Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Moita Redonda Informação n.º 21/17, de 11 do mês em curso, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

# 1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização Carta registada sob o n.º 28.431/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Joaquim Martinho Batista Vieira;
- = Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA) Proposta de protocolo Informação n.º 101/17/16, datada de 07 de agosto findo, do Serviço Municipal de Proteção Civil.

## 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

- = Contratos Emprego-Inserção (CEI):
  - 1. Informação n.º 88/17, de 06 de junho transato, da Chefe da Divisão de Ação Cultural;
  - 2. Informação n.º 21/17, de 29 de junho transato, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Relações Institucionais e Comunicação.

## 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Empréstimo de curto prazo (Tesouraria) Ano económico de 2018 Informação n.º 77/17, de 06 do mês em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Pedidos de apoio financeiro:
  - 1. Freguesia de Atouguia 2.º Fim de Semana Cultural Tasquinhas Carta registada sob o n.º 21.627/2017, da freguesia em apreço;
  - 2. Freguesia de Alburitel Vedação do alpendre da Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos (ACURETO) Carta registada sob o n.º 22.236/2017, da associação.

#### 3.1. CONTABILIDADE

= Recenseamento Eleitoral – 2017 – Informação n.º 17/17, de 03 de agosto findo, da Contabilidade.



## 3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = "P146/2017 Reabilitação da Rede Viária do Concelho Rua da Barroca da Moura/Beco do Casal/Travessa da Canelha Freguesia de Caxarias" Informação n.º 357/17, datada de 11 do mês que decorre, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = "P154/2017 Beneficiação de edifícios escolares Centro Escolar do Olival" Informação n.º 366/17, datada de 12 do mês que decorre, da CPA.

#### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Parque de estacionamento do Salão Paroquial de Espite – Pedido de colaboração – Carta registada sob o n.º 26.166/2017, do Conselho Económico da Igreja Paroquial de Espite.

#### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Devolução da tarifa de ligação Informação n.º 532/17, de 08 de agosto findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Devolução de verba, por motivo de rotura Informação n.º 545/17, de 22 de agosto findo, da DAS.

#### 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
  - 1. Processo registado sob o n.º 52/2017, da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, instruído com a informação n.º 87/2017/DGU/cm0084, de 15 de março transato, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
  - 2. Processo registado sob o n.º 199/1997, de Pedro Gabriel Oliveira Homem Henriques, instruído com a informação n.º 231/2017/DGU/cm1151, de 11 de agosto findo, da DGU:
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 221/2017, da Manuel António Monteiro Neves, instruído com a informação n.º 174/2017/DGU/cm9026, de 23 de agosto findo, da DGU.

# 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Ação Social Escolar Comparticipação no custo de refeições e atribuição de subsídio escolar Informação n.º 283/17, de 31 de agosto findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Colégio do Sagrado Coração de Maria Equipa de Voleibol Proposta de protocolo de colaboração Informação n.º 287/17, de 04 do mês em curso, da DEAS;
- = Transportes escolares Ano letivo 2017/2018 Ensino Secundário Informação n.º 290/17, de 11 do mês em curso, da DEAS.

# 8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Cisnes e Poetas Associação de Dança Participação no "All Dance World Orlando 2017"
- Informação n.º 112/17, de 28 de julho último, da Divisão de Ação Cultural (DAC);
- = Proposta de parceria na organização com a Associação Anjos da Pedra Fátima BTT Club
- Informação n.º 113/17, datada de 28 de julho último, da DAC;
- = Transportes a coletividades concelhias Apoio nas despesas Informação n.º 124/17, de 23 de julho último, da DAC;
- = IV Trail de Fátima Pedido de apoio Informação nº 127/17, datada de 29 de agosto findo, da DAC;



= Prémio Jovem Universitário de Ourém – Informação n.º 120/17, de 17 de agosto findo, da Chefe da DAC.

#### 9. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

= Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação – Informação n.º 36/17, de 07 do mês em curso, do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo.

# 10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

=Acidentes de viação – Pedidos de indemnização:

- 1. Requerimento registado sob o n.º 2663/2016, de Diamantino Vieira dos Santos, sobre acidente ocorrido na E.N. 357, em Fátima, no dia 13/01/2016;
- 2. Requerimento registado sob o n.º 10.669/2017, de Isidro Vicente Oliveira, sobre acidente ocorrido na Estrada da Moita do Martinho, em Fátima, no dia 10/03/2017;
- 3. Requerimento registado sob o n.º 13.621/2017, da firma Ovelheiro & Filhos, Limitada, sobre acidente ocorrido na E.N. 356, em Fátima, no dia 06/04/2017.

Câmara Municipal de Ourém, 12 de setembro de 2017

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



# **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 01-09-2017 a 14-09-2017

Processo nº	Requerente	Local
1474/2017	Adélio Gomes Gonçalves	Reca – Freguesia de Freixianda, Reca –da união das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1176/2017	Catarina Alexandra dos Reis Oliveira Carmo	Lagoa do Furadouro – Ourém, freguesia de Nª.Srª.das Misericórdias
1333/2017	Condominio do Edificio Castela	Travessa da Castela nº. 13 – Ourém – freguesia de Nº.Srº.Piedade
1460/2017	Condomínio do Edifício Villa Park	Rua de Castela – Ourém – freguesia de Nª. Srª. Piedade
1432/2017	Condomínio do Prédio Casal Charnequinha nº.1	Charnequinha – Ourém – freguesia de Nª. Srª. da Piedade
1357/2017	Divinis – Agroprodutos de Ourém, S.A	Zona Industrial – Casal dos Frades – freguesia de Seiça
1314/2017	Felisbela das Neves Delgado Silva	Estrada de Fátima, nº.1202 – Atouguia – freguesia de Atouguia
1091/2017	Isidro Faria Marques de Sousa	Abadia – Caxarias – freguesia de Caxarias
1354/2017	João Pedro Antunes Coelho	Caridade – Ourém – freguesia de Nª. Srª. Piedade
1359/2017	Luis Miguel Faria da Silva	Rua António Pereira Afonso – Ourém – freguesia de Nª.Srª. Piedade
1246/2017	Luís Miguel Faria da Silva	Rua Francisco Sá Carneiro – Ourém – freguesia de Nª. Srª. Piedade
1360/2017	Luís Miguel Faria da Silva	Rua dos Álamos – Ourém – freguesia de Nª. Srª. da Piedade
1398/2017	Manuel Antunes Figueiredo	Vilões – Ourém – freguesia de Nª.Srª.Piedade
1226/2017	Manuel Castelão Ferreira	Vale Salgueiro – Matas – da União das freguesias de Matas e Cercal
1106/2017	Manuel Lopes dos Reis	Rua do Tijolo – Atouguia – freguesia de Atouguia
1201/2017	Manuel Simões Lopes	Casal Ribeiro – Rio de Couros – da União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
1378/2017	Maria Leonor Lopes Rodrigues de Sousa	Canhardo – Ourém – freguesia de Nª. Srª.das Misericórdias
1376/2017	Microlime – Produtos de Cal e Derivados, Ldª.	Maxieira - Fátima - freguesia de Fátima
1273/2017	Micronipol – Micronização e Reciclagem Polímeros, S.A	Valongo – Freixianda – da união das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais



ĺ	1499/2017	Samuel Dinis Pereira Prazeres	Rua da Lagoa, nº 8 - Giesteira -
			freguesia de Fátima

Ourém 15 de setembro de 2017

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



# DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 04/09/2017 a 15/09/2017

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
27273	AOC – Administ. E Org. de Condomínios	Inspeção de Elevadores
27272	AOC – Administ. E Org. de Condomínios	Inspeção de Elevadores
27277	AOC – Administ. E Org. de Condomínios	Inspeção de Elevadores
27469	Assoc. Auxilium de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Fátima	Inspeção de Elevadores
27394	Centro 3ª Idade de Gondemaria	Inspeção de Elevadores
27274	AOC – Administ. E Org. de Condomínios	Inspeção de Elevadores
27275	AOC – Administ. E Org. de Condomínios	Inspeção de Elevadores
27276	AOC – Administ. E Org. de Condomínios	Inspeção de Elevadores
28483	Condomínio do Edifício Francisco	Inspeção de Elevadores
13596	Jerónimo Martins, SA	Licença de Placa Indicadora direção
27978	Santuário de Fátima	Licença de Recinto Improvisado
27505	P`escola – Assoc. Cult. Rec. E Desp. De Soutaria	Licença Especial de Ruído
27476	Associação Espite Aventura	Licença Especial de Ruído
27119	Natureza Eventos	Licença Especial de Ruído
27962	Santuário de Fátima	Licença Especial de Ruído
27207	Associação Espite Aventura	Licenciamento de publicidade

Ourém, 15 de setembro 2017

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)



# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, estabelece que a política de defesa da floresta contra incêndios deve garantir a existência de estruturas dotadas de capacidade e conhecimentos específicos adequados para o desenvolvimento de ações de prevenção, vigilância armada, primeira intervenção em incêndios florestais, apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo.

Com a publicação da Portaria n.º 35/2009, de 16 de janeiro, foi aprovado o Regulamento de Organização e Funcionamento do Dispositivo de Prevenção Estrutural, estrutura integrada e criada pela ex-Autoridade Florestal Nacional (AFN), atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e na sua dependência, que se articula institucionalmente no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 15/2009 e 17/2009, ambos de 14 de Janeiro, 114/2011, de 30 de Novembro e 83/2014, de 23 de Maio, e que integra a estrutura de sapadores florestais.

A Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA) é detentora de uma Equipa de Sapadores Florestais (ESF), nos termos da legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro), identificada junto do ICNF sob o registo n.º SF\_05-16C Alcanena, prestando assim um inegável serviço dirigido para o desenvolvimento e proteção florestal, direcionado para a manutenção das áreas contíguas a infraestruturas, bem como na prevenção de incêndios florestais através da ESF.

Por conseguinte, possuindo a Câmara Municipal de Ourém, competências no domínio da proteção civil, conforme o previsto no art.º 23, n.º 2, alínea j) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, e de acordo com a deliberação tomada em reunião de \_\_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_ de 2017, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do referido diploma legal que



estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é celebrado o presente protocolo entre:

**PRIMEIRO OUTORGANTE**: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II – n.º 1, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, 2490-499 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

**SEGUNDO OUTORGANTE**: Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA), associação sem fins lucrativos com o NIPC 502 500 867, com sede no Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire, na localidade de Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, 2490-216 Ourém, representada neste ato, pelo Presidente do Conselho Diretivo, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

(Objeto)

O presente protocolo visa estabelecer as condições para a cedência da ESF pelo Segundo Outorgante ao Primeiro Outorgante (salvaguardado o Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro) e a respetiva comparticipação financeira.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

(Âmbito Territorial)

As ações objeto do presente protocolo serão prestadas na área de intervenção da ESF e no Concelho de Ourém, devendo o Primeiro Outorgante respeitar o trabalho de serviço público de proteção e defesa da floresta, definido pelo ICNF anualmente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

(Localização de Viatura e Equipamentos)

A viatura e os equipamentos atribuídos à ESF, assim como outros materiais decorrentes da sua atividade, ficam sedeados nas instalações do Primeiro Outorgante, designadamente, no Estaleiro Municipal, sito na localidade de Pinheiro, freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Ourém.



#### **CLÁUSULA QUARTA**

#### (Obrigações da Primeiro Outorgante)

Compete ao Primeiro Outorgante:

- 1. Efetuar o acompanhamento diário da ESF, de forma a promover o cumprimento do plano de atividade anual e informar o Segundo Outorgante de eventual incumprimento;
- 2. Elaborar o plano de atividade e o relatório de atividade, assim como os relatórios trimestrais da atividade desenvolvida pela ESF e submeter eletronicamente na plataforma SISF-ICNF:
- 3. Comunicar de imediato ao Segundo Outorgante a ocorrência de acidentes de trabalho, ou que envolvam a viatura;
- 4. Dispor de serviço técnico habilitado na área da silvicultura que supervisione a atividade da ESF, suportando os encargos do enquadramento técnico;
- 5. Suportar as despesas de funcionamento da equipa, designadamente com o material de desgaste rápido, combustíveis e pequenas reparações, assim como a inspeção periódica obrigatória da viatura;
- 6. Disponibilizar os elementos da ESF para a frequência das ações de formação profissional que sejam acordadas entre ambos os Outorgantes;
- 7. Garantir a operacionalidade do equipamento individual e coletivo da ESF e a sua manutenção ou substituição, incluindo a possibilidade de utilização de meios mecânicos do Primeiro Outorgante;
- 8. Cooperar com o Segundo Outorgante na aplicação das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho:
- 9. Garantir a necessária flexibilidade de horário de trabalho para o exercício das ações de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente durante o período crítico;
- 10. Manter permanentemente atualizado o SISF-ICNF, com o registo da informação relativa à identificação dos sapadores florestais e dos elementos relevantes da entidade titular, descritos no n.º 7 da Cláusula Quinta.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

#### (Obrigações da Segundo Outorgante)

Compete ao Segundo Outorgante:

1. Assegurar a contratação ou integração dos sapadores florestais, ou proceder à sua substituição, de forma a manter a ESF, devendo a seleção obter o parecer favorável do Primeiro Outorgante;



- 2. Suportar as despesas decorrentes da contratação dos sapadores florestais, bem como salários, encargos sociais, seguros de acidentes de trabalho e da viatura;
- 3. Disponibilizar ao Primeiro Outorgante todo o equipamento que consta do protocolo estabelecido entre a ex-Direção dos Recursos Florestais (atual ICNF) e a ADSAICA;
- 4. Promover a formação contínua dos elementos da ESF e a formação inicial aos novos elementos que venham a ser admitidos;
- 5. Zelar pela aplicação das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho dos elementos da ESF;
- 6. Promover a marcação de férias dos elementos da ESF, obtendo o parecer favorável do Primeiro Outorgante;
- 7. Enviar ao Primeiro Outorgante, em tempo útil para atualização na plataforma SISF-ICNF, comprovativo de cumprimento de encargos regulares e, designadamente, alteração de dados de identificação, contratações/renovações, seguros de acidentes de trabalho e da viatura.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

#### (Comparticipação Financeira)

1. Pela execução das tarefas previstas no objeto do presente protocolo, o Primeiro Outorgante compromete-se a atribuir um apoio financeiro ao Segundo Outorgante no valor de vinte e um mil euros anuais, atribuídos em duodécimos de 1.750,00 euros, até ao dia 20 de cada mês, mediante transferência bancária para conta titulada pelo Segundo Outorgante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

#### (Acompanhamento e Controlo do Protocolo)

- 1. O acompanhamento e o controlo do presente protocolo competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução;
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados para quaisquer esclarecimentos que se julguem necessários.

#### CLÁUSULA OITAVA

#### (Revisão ao Protocolo)

 O presente protocolo de colaboração pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público;



2. O protocolo em causa pode ser objeto de revisão devido a qualquer alteração ao programa de sapadores florestais que implique a modificação de valores financiados ou no caso de alterações legais que impliquem variações de custos associados à contratação.

#### **CLÁUSULA NONA**

#### (Cessão da Posição Contratual)

O Segundo Outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do presente protocolo, sem autorização do Primeiro Outorgante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

#### (Casos Fortuitos ou de Força Maior)

- 1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade, se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves e outros conflitos coletivos de trabalho, forem impedidas de cumprir as obrigações assumidas no presente protocolo;
- 2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar do prazo previsível para restabelecer a situação, devendo ser ajustado o valor mensal a transferir pela Primeira Outorgante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

#### (Casos Omissos)

Os casos omissos e dúvidas que sejam suscitadas pela interpretação do presente protocolo serão devidamente analisadas e resolvidas pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

#### (Incumprimento)

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente protocolo, confere à outra parte o direito à resolução, nos termos gerais do direito, mediante comunicação prévia escrita, registada com aviso de receção, enviada à parte faltosa, produzindo efeitos a partir da data da receção.



# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Denúncia)

O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer dos Outorgantes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Vigência do Protocolo)

Sem prejuízo do disposto na cláusula sexta, o período de vigência do presente protocolo tem início a 01 de janeiro de 2018 e termo a 31 de Dezembro de 2019, sendo automaticamente renovável por igual período, de dois anos, salvo se for denunciado por qualquer dos Outorgantes.

qualquer dos Cutorganics.	
O presente protocolo compreende 6 (seis) folha à exceção da última folha, em virtude de conter	
Celebrado aos dias do mês de e validade, destinando-se cada um deles aos se	
Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Bicardo Goncalves Ribeiro Goncalves



# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

#### **PREÂMBULO**

Atendendo à ação o do Município de Ourém deve contribuir para a realização de projetos educativos, recreativos, desportivos com qualidade e com interesse para o Concelho e criar as condições favorecedoras ao desenvolvimento do diferente projeto educativo da escola do Concelho

- 1. A Resolução da Assembleia da República n.º 94/2013, de 8 de julho de 2013, nº 5, através do qual é recomendado ao Governo que se "reforce a articulação entre o desporto escolar e o federado;
- 2. Que importa criar as condições favorecedoras no desenvolvimento do Projeto Educativo dos estabelecimentos de ensino do Concelho;
- 3. Que o desporto escolar deve basear-se num sistema aberto de modalidades e de práticas desportivas que serão organizadas integrando, de modo harmonioso, as dimensões próprias desta atividade, designadamente o ensino, o treino a recreação e a competição;
- 4. Que o desporto escolar é um subsistema totalmente integrado no sistema educativo que poderá estabelecer ligações com os outros subsistemas, numa situação de igualdade institucional, nomeadamente no quadro das relações com os clubes e as federações desportivas, salvaguardando sempre o primado da educação, das suas estruturas próprias e da sua unidade de direção;
- 5. A criação as condições favorecedoras ao desenvolvimento deste projeto desportivo, que permita o desenvolvimento da modalidade de voleibol no concelho e que favoreça as aprendizagens dos jovens que frequentam este estabelecimento ensino;
  Foi elaborada uma proposta de protocolo que visa criar as condições de criação de uma equipa de voleibol federado, contribuindo deste modo para a concretização do seu propósito fundamental, designadamente "a promoção desportiva, pessoal e social desta equipa de alunos e professores do Colégio do Sagrado Coração de Maria" e a concretização do Projeto Educativo desta Instituição de ensino.

#### Este protocolo implica:

- a. A isenção do pagamento das taxas de utilização do Pavilhão Municipal do Caneiro, dado tratar-se de Desporto Escolar;
- D. Que seja autorizada a realização do transporte dos atletas e corpo técnico, com recurso aos meios internos (veículos e motoristas) e, excecionalmente (apenas quando, internamente não for possível realizar o transporte), com recurso à



contratação das deslocações por entidade externa (com recurso à contratação pública), entendendo-se este transporte enquadrar-se na prática de transportes para atividades do domínio escolar.

Pelo exposto e considerando as competências municipais em matéria de educação e desporto de acordo com a alínea d) e f) do art.º 23, Anexo I - Lei 75/2003, de 12 de setembro, celebra-se o presente protocolo de colaboração, que é subscrito pelas seguintes entidades:

Primeiro Outorgante: **Município de Ourém,** pessoa coletiva com o número 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, nº1, em Ourém, devidamente representado pelo Senhor Presidente, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

Segundo Outorgante: **Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em Portugal**, pessoa coletiva com o nº 500 911 320, com sede na Rua Jacinta Marto, nº 40, 2495-450 Fátima, devidamente representado pelo seu diretor, Serafim Assunção e Costa.

O presente protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA I**

#### Objeto

O presente protocolo tem por objeto criar condições que permitam o desenvolvimento da modalidade de Voleibol no concelho de Ourém, através da disponibilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro para treinos e jogos oficiais, assim como, a realização de transporte dos/as atletas e equipa técnica, para jogos a disputar fora do concelho de Ourém, durante a época desportiva de 2017/2018.

#### **CLÁUSULA II**

Obrigações assumidas pelos subscritores

#### O Município de Ourém obriga-se a:

- Colaborar nos transportes dos alunos e equipa técnica a jogos a disputar fora do Concelho, de acordo com a disponibilidade dos serviços e mediante requisição prévia a apresentar pelo segundo outorgante;
- 2. Disponibilizar o Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro para treinos e jogos oficiais.

#### O Colégio do Sagrado Coração de Maria obriga-se a:

1. Implementar o projeto, de acordo com os termos da sua aprovação, dando cumprimento a todas as ações nele previstas;



- 2. Promover o Município em todos os meios de promoção da equipa, em especial nos equipamentos oficiais de jogos;
- 3. Respeitar as normas estabelecidas no documento "Normas Específicas de Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro";
- 4. Cumprir e fazer cumprir toda a legislação existente, destinada a regular a prática da atividade física, nos recintos desportivos;
- Enviar ao Primeiro Outorgante ou empresa gestora do Pavilhão o calendário de treinos e provas relativos a cada época desportiva, assim como todas e quaisquer alterações ao referido calendário;
- 6. Manter o material em boas condições para a prática desportiva, zelando pela sua conservação;
- 7. Assegurar todos os termos do presente protocolo, até ao final do período de vigência do mesmo.

#### Cláusula III

Vigência

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e termina aquando do *términus* da época desportiva de Voleibol, no ano de 2017/2018, podendo ser prorrogado em função da dinâmica decorrente desta ação ou denunciado por escrito, por qualquer um dos subscritores, com a antecedência mínima de sessenta dias em relação ao seu termo.

#### Cláusula IV

Disposições finais

O presente protocolo é constituído por três páginas, que serão rubricadas por ambos os subscritores, à exceção da última, que contém as respetivas assinaturas.

	Ourém, de 2017
MUNICÍPIO DE OURÉM	COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA
O Presidente da Câmara	O Diretor
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Serafim Assunção e Costa